

PELA LEI E PELA GREI: a célula mater da Polícia Militar de Minas Gerais

FRANCIS ALBERT COTTA

1º Tenente da PMMG, Doutor em História e Pós-doutor em História Social da Cultura – UFMG.

***Resumo:** O processo de institucionalização e consolidação da célula mater da Polícia Militar de Minas Gerais é permeado pela participação das comunidades locais (grei), que sensíveis às determinações régias (lei), se engajaram na construção de uma instituição que tinha como missão o controle da violência e execução das Políticas da Ordem nas Minas setecentistas. Por questões geopolíticas sui generis, esse corpo militar atingiu uma especialização policial precoce e se tornou referência como gendarmes. Ele foi constituído sob a égide da racionalização administrativa do período pombalino e recebeu o treinamento militar mais avançado de sua época.*

***Palavras-Chave:** Minas Gerais. Manutenção da Ordem. Polícia Militar de Minas Gerais.*

1 INTRODUÇÃO

O título da presente estudo evoca a ligação da atual Polícia Militar de Minas Gerais com sua congênere portuguesa: a Guarda Nacional Republicana (GNR)¹ em suas origens. Um elo que não se traduz apenas no fato de serem corpos militares responsáveis

¹ A GNR é uma força de segurança constituída por militares organizados num corpo especial de tropas, encarregado da segurança pública, da manutenção da ordem e da proteção da propriedade pública e privada em todo o território português. Cf.: Lei orgânica da Guarda Nacional Republicana. Lei nº 63/2007 da Assembleia da República Portuguesa.

pela polícia, mas, sobretudo, pela essência comunitária original comum às duas instituições. A matriz lusitana comunitária surge em meio às minas de ouro e de diamantes, no último quartel do século XVIII. O lema, que hoje serve à GNR: “Pela Lei e Pela Grei”, foi perfeitamente aplicado ao momento de fundação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas (RRCM), em 1775.

As Minas dos setecentos foram marcadas pela extração de ouro e dos diamantes. Elas financiavam o esforço bélico luso-brasileiro de defesa do sul e da sede do vice-reinado, no Rio de Janeiro. Portanto, constituía uma questão estratégica que o *Coração da América Portuguesa* continuasse a bombear o sangue dourado. Para tanto, era primordial a busca pela ordem, harmonia e estabilidade no território mineiro. Entretanto, a experiência anterior mostrou que essa missão não seria concretizada apenas com uma tropa militar formada exclusivamente pelos *Filhos de Viriato*², os Dragões Del Rey, que para as Minas se deslocaram a partir de 1719. Assim, os *Filhos de Minas*³, por intermédio dos representantes das câmaras municipais e oficiais das ordenanças e corpos auxiliares, foram chamados a participar da nova empreitada.

A nova historiografia luso-brasileira destaca que uma das características da administração lusitana, desde a fundação do Condado Portucalense e, posteriormente, do Reino de Portugal, foi a força da municipalidade, representada pelos *concelhos*. Na América Portuguesa, não foi diferente. A câmara era peça-chave em termos de operacionalização das determinações régias. Seus representantes eram eleitos pelos moradores locais e depois de realizadas as escolhas, os nomes dos camaristas eram ratificados pelo governador da capitania e pelo Rei, por intermédio do

² Viriato é o grande representante da resistência dos lusitanos às invasões dos romanos.

³ Expressão utilizada nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira para nomear aqueles que nasceram nas Minas Gerais.

Conselho Ultramarino. Os oficiais militares dos corpos de ordenanças e auxiliares também eram eleitos pelas câmaras, por intermédio da lista tríplice.

Justificado o título: *Pela Lei e pela Grei* e a natureza comunitária, segue-se o esforço de problematização do presente estudo, traduzido nas seguintes perguntas: como foi constituído o Regimento Regular de Cavalaria de Minas? Ele surgiu e se consolidou simplesmente pelas necessidades da Coroa Portuguesa? A afirmação de que Dom Antônio de Noronha, então-governador e responsável pela reestruturação militar em Minas a partir de 1775, trouxe consigo de Portugal todos os oficiais do novo regimento se sustentaria à luz das fontes primárias? Quanto à data do início das atividades do RRCM, seria correto afirmar que se trata de 9 de junho de 1775? Seguem-se as hipóteses que serão demonstradas no decorrer do texto.

A primeira hipótese é de que o RRCM nasceu num momento de racionalização administrativa, sob o despotismo esclarecido do Marquês de Pombal, sob um eficiente sistema de treinamento, disciplina e justiça militares, reflexos da reestruturação militar operacionalizada em Portugal pelo Conde de Lippe e transportada para a América Portuguesa por seu discípulo, o Tenente-General Böhn⁴.

A segunda hipótese tem como proposição a ideia de que a constituição do RRCM somente se realizou em virtude da participação das comunidades locais, que formaram as suas companhias e, isso, graças à vitalidade das câmaras municipais e do papel desenvolvido pelos oficiais militares dos corpos de ordenanças e auxiliares.

⁴ BÖHN, John Heinrich. Memórias relativas à expedição ao Rio Grande da qual fui encarregado pelo rei d. José I, de 1774 ao final de 1775, contendo cartas que escrevi ao marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil. Anais do Simpósio Bicentenário da Restauração do Rio Grande. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

A terceira hipótese é de que a oficialidade do RRCM era composta por militares que possuíam fortes laços com as Minas Gerais, por serem, há muitos anos, proprietários de lavras e de fazendas, além de serem comerciantes. Portanto, aqueles que não eram mineiros de nascimento já haviam criado laços com as comunidades locais.

Por fim, a quarta hipótese é de que a data de início de funcionamento do RRCM é 1º de Julho de 1775. As hipóteses constituem respostas provisórias às perguntas colocadas inicialmente e serão testadas por intermédio da conjugação de raciocínios dedutivos e da apresentação de dados.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho baseia-se na pesquisa histórica realizada no período de 2000 a 2004, em fundos arquivísticos localizados nas seguintes instituições: Arquivo Público Mineiro; Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, ambos localizados no Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino e Biblioteca da Guarda Nacional Republicana, Arquivo Histórico do Exército, todos localizados em Lisboa. A pesquisa contou com o apoio financeiro da Polícia Militar de Minas Gerais, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O estudo traduziu-se num projeto de maior envergadura que procurou verificar a relação entre o universo militar luso-brasileiro e as políticas da ordem nas Minas setecentistas. Alguns dados foram utilizados na elaboração de uma tese de doutoramento em História, aprovada por uma banca examinadora que ressaltou “a qualidade da pesquisa realizada e a riqueza das fontes levantadas.” Entretanto, muitos materiais permaneceram inéditos. O que se segue

constitui alguns desses documentos, garimpados em meio às páginas amareladas do século XVIII.

Entretanto, os documentos não falam por si, é preciso fazer as perguntas corretas, estar atento para os silêncios e exercitar a dúvida metódica. Identificar as falácias e as retóricas dos discursos tanto dos homens do presente quanto dos homens de um tempo vivido. Assim, propõe-se um exercício de dialética platônica⁵, num processo de reflexão por argumentação, na articulação de ideias e fatos, portadores de razões que comprovem as hipóteses propostas.

2 RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A institucionalização do RRCM foi permeada por questões de racionalização administrativa e financeira. O orçamento destinado a cobrir os gastos com as três companhias de Dragões que existiam nas Minas desde 1719 deveria ser suficiente para arcar com as despesas das oito companhias do novo regimento. Nesse sentido, uma das primeiras medidas adotadas por Dom Antônio de Noronha foi reduzir os soldos pagos aos oficiais e soldados (QUADRO 1).

⁵ A dialética platônica é um procedimento intelectual e linguístico que parte de alguma coisa que deve ser separada ou dividida em dois ou duas partes contrárias e opostas, de modo que se conheça sua contradição e se possa determinar qual dos contrários é verdadeiro e qual é falso.

QUADRO 1

Soldos do Regimento Regular de Cavalaria de Minas. 1775.

Efetivo – Posto	Por dia	Por mês	Por ano	Vencimento
1 Coronel	\$	\$	\$	\$
1 Tenente-coronel	\$	80\$000	960\$000	960\$000
1 Sargento-mor	\$	65\$000	780\$000	780\$000
1 Ajudante	\$	28\$000	336\$000	336\$000
1 Quartel-mestre	\$	26\$000	312\$000	312\$000
1 Capelão	\$	20\$000	240\$000	240\$000
1 Cirurgião	\$	16\$000	192\$000	192\$000
2 Ajudantes do dito	0\$170	\$	62\$050	124\$100
6 Capitães	\$	40\$000	480\$000	2.880\$000
10 Tenentes	\$	26\$000	312\$000	3.120\$000
8 Alferes	\$	24\$000	288\$000	2.304\$000
4 Porta-Estandartes	0\$390	\$	142\$350	569\$400
8 Furriéis	0\$390	\$	142\$350	1.138\$800
24 Cabos	0\$170	\$	62\$050	1.489\$200
24 Anspeçadas	0\$155	\$	56\$575	1.357\$800
4 Trombetas	0\$400	\$	146\$000	584\$000
1 Timbaleiro	0\$400	\$	146\$000	146\$000
376 Soldados	0\$150	\$	54\$750	20.586\$000
474 militares				37.119\$300

Fonte: Arquivo Público Mineiro SG. Códice 211, fl. 68v.

Dom Antônio de Noronha recebera instruções para fazer cessar a “despesa que se faz com duzentos e vinte e quatro (soldados) de ruim tropa”⁶. Os elevados soldos pagos às três companhias em 1775, só se justificavam num tempo em que Minas:

⁶ INSTRUÇÃO para se regular a Tropa Paga. Salvaterra de Magos, 24/1/1775. Biblioteca Nacional de Lisboa. Pomb. 643, fl. 125-131.

se compunha quase todo de um país inabitado e sem cultura, sem gados e sem proteção alguma que servisse para o sustento dos homens, exceto a casca e os frutos agrestes do mato: e quando a maior parte dos gêneros ainda os mais necessários para a vida vinham do Rio de Janeiro, e Bahia por caminhos difíceis, e pouco praticados, chegando por esta razão caros, que foi preciso proporcionar os soldos da tropa a exorbitância dos preços deles, sendo igualmente necessário suprir a mesma tropa com os referidos soldos para a determinar a ir viver em um sertão tal como era naquele tempo a Capitania de Minas Gerais⁷.

Na década de 1770, Minas possuía de muitos habitantes, sendo abundante de tudo o que era necessário para a vida “a preços muito cômodos e com um excelentíssimo comércio para todas as outras capitanias”⁸. Antes da reforma, as três companhias de Dragões, com 242 militares, consumiam anualmente de soldo 38.300\$402. Já os 474 soldados do novo regimento receberiam 37.119\$300, o que representaria a economia de 1.181\$102 anuais⁹.

Quanto às despesas com fardamentos, ferragens e capins, o governador de Minas sugeria que se recolhessem aos cofres do Rei as *terças* dos rendimentos das câmaras. Em Portugal, essas *terças* eram utilizadas para reparo dos muros e castelos e outras obras necessárias para a defesa, e nas Minas, os muros eram as próprias tropas.

Os gastos do *estado militar* da Capitania eram relacionados na *Folha Militar*. Nela eram contabilizadas as despesas com os fardamentos para os timbaleiros, trombetas, armeiro, seleiro, cabos, anspessadas e soldados, munições de farinha para os praças, ordenados aos que serviam nos hospitais militares, armamentos, soldos dos pedestres e Dragões e aquisição de cavalos.

⁷ *Ibidem*, § 9º.

⁸ *Ibidem*.

⁹ RELAÇÃO dos soldos do novo Regimento de Minas. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. 643, fl. 122.

Com a racionalização administrativa de Dom Antônio a aquisição de cada cavalo passou a ser feita por vinte mil réis e não por trinta e cinco mil réis como anteriormente se fazia. Nessa época, padronizaram-se as selas, arreios e selins dos semoventes pertencentes aos Dragões¹⁰.

De acordo com as prescrições do Conde de Lippe fariam parte de um regimento de cavalaria espingardeiros e seleiros. Na época das companhias de Dragões, os serviços de manutenção e fabricação de armamentos, selas e selins eram feitos por particulares. Com o RRCM, esses especialistas foram recrutados e inseridos como militares no Estado-Maior.

Durante a segunda metade do século XVIII, todos os países europeus começaram a criar os estados-maiores como centros especializados na logística militar, necessários para a direção e apoio das forças militares. A criação do Estado-Maior foi um passo decisivo para a profissionalização definitiva do exército. O QUADRO 2 permite visualizar a posição assumida pelos detentores de ofícios manuais. Esses militares, recebendo pouco mais que um cabo-de-esquadra, eram integrantes do Estado-Maior e estavam ao lado do sargento-mor, do capelão e do auditor, representantes da alta oficialidade, do clero e dos peritos nas leis¹¹.

¹⁰ CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775. Arquivo Público Mineiro. Cód. 211, S. G. fls. 64-68v.

¹¹ A prática de se assentar praça a homens possuidores de ofícios, a que tudo indica, foi uma manobra bem sucedida e perdurou por vários anos, pois, em 1835, os praças da Seção de Cavalaria do Corpo Policial de Minas possuíam ofícios de: alfaiates, sapateiros, seleiros, ferreiros, ferradores, carpinteiros, ourives, músicos e latoeiros. Cf Livro de assentamentos das praças do Corpo Policial de Minas. 1835. Arquivo do Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais.

QUADRO 2

Composição do Estado-Maior de um Regimento de Cavalaria

ESTADO-MAIOR	
Oficiais	Especialistas
1 Sargento Maior	4 Ajudantes do cirurgião
1 Ajudante, que é tenente	1 Picador
1 Quartel-mestre, também tenente	1 Correeiro ou seleiro
1 Capelão	1 Espingardeiro
1 Auditor	1 Coronheiro
1 Cirurgião	1 Timbaleiro

Fonte: LIPPE, Conde de. Regulamento para os Regimentos de Cavalaria, 1764.

O Estado-Maior do RRCM era composto por treze militares. A supervisão-lo estaria o sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho¹², responsável pelo treinamento dos militares. Antes de descer às Minas, Pedro Afonso era alferes no Regimento de Infantaria da Praça de Campo Maior. Sua promoção a tão alto posto se justificava:

pela falta de conhecimento da disciplina militar que havia nos oficiais desta Capitania me determinei a fazê-lo exercer este posto para com a sua atividade e a grande inteligência que tem do serviço de Sua Majestade de fazer estabelecer no novo Regimento a verdadeira disciplina militar, conforme Sua Majestade que se observe nos seus exércitos, o qual se vai empregado na ocupação com todo o zelo¹³.

¹² No governo do Conde Sarzedas, Pedro Afonso seria indicado para ocupar o cargo de coronel comandante do Regimento de Dragões, “por persuadir-se que houvesse um segundo coronel a fora do general da Capitania, que inspecionasse a parte econômica dele”. Carta do capitão-general das Minas Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo para o Visconde de Anadia. Vila Rica, 22/8/1806. AHU. Lisboa Cx. 181. Doc. 43.

¹³ RELAÇÃO dos oficiais da Tropa Paga. Vila Rica, 25/7/1775. Arquivo Público Mineiro. SC. 211, fl.76.

O Estado-Maior de *especialistas* era composto pelos seleiros Antônio de Oliveira Moura e Joaquim Xavier dos Santos, o armeiro Manuel João Pereira e o ferreiro Euzébio da Costa Ataíde¹⁴. Em 1776, Dom Antônio envia para a Casa das Armas do Rio de Janeiro 44 especialistas, dentre carpinteiros, ferreiros e serralheiros¹⁵. Os artífices do RRCM teriam fabricado as primeiras espingardas inteiramente confeccionadas na América Portuguesa¹⁶, além de terem contribuído para a redução nos preços das peças bélicas. O QUADRO 3 compara os preços de diversos itens produzidos à época das companhias de Dragões, do RRCM e da Casa das Armas do Rio de Janeiro.

¹⁴ COLEÇÃO Casa dos Contos de Ouro Preto. Lata 105, 1ª pacote; Lata 161, 2ª pacote; Lata 166, 1ª pacote.

¹⁵ CARTA de Dom Antônio de Noronha a Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 7/9/1776. AHU. Lisboa. Cx. 110. Doc. 25.

¹⁶ Em 1812, o Príncipe Regente determina ao governador de Minas, Conde de Palma, que potencializasse a fabricação de espingardas e formasse “uma Escola de Serralheiros e oficiais de lima que por ora só se ocupassem de preparar fechos.” Rio de Janeiro, 21/1/1812. Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro. Cartas Régias. 265, fl. 141.

QUADRO 3
Economia que se fez com o Regimento Regular de
Cavalaria das Minas. 1775.

(continua)

Itens observados	Três Cias. Dragões	Oito companhias do Regimento Regular de Cavalaria das Minas	Casa da Fábrica das Armas da Fortaleza do Rio de Janeiro
Espingardeiro contratado	133\$333½ por ano	Praça recrutado: 76\$285 por ano	-
Parafuso de cabeça de cão	300 réis	90 réis	100
Capa do dito	150	40	48
Cão somente	450	320	480
Gatilho	150	40	-
Descanso do cão	150	60	-
Fuzil novo temperado	900	225	480
Parafuso do dito	150	45	50
Mola do fuzil	300	140	240
Mola real	900	288	480
Nós	600	160	480
Desarmador dos nós	300	90	120
Mola do desarmador	300	90	-
Casoleta	900	450	-
Culatra	900	450	640
Ponta da culatra consertada	150	65	80
Capa do corce	900	140	240
Varão da clavina	300	130	240
Argola para o dito	75	30	70
Braçadeira	300	70	100
Capa do gatilho	150	30	-
Guarda mato	450	225	400
Saca taponamento uma ponta	150	Agora com duas pontas: 112	-
Vareta de pau	150	De ferro: 187; acrescentada: 93	160
Um parafuso de araveção	150	50	-
Um dito pequeno	75	35	40

Pela Lei e pela Grei: a célula mater da Polícia Militar de Minas Gerais

			(conclusão)
Dito para segurar o cão nos nós	150	45	100
Mola para Segurar a vareta	150	30	-
Ponto novo soldado no cano	300	50	160
Um par de esporas	900	375	960
Uma vareta	60	30	40
Mola da bandoleira	900	600	-
Coronha da clavina	1200	700	700
Coronha da pistola	900	500	480
Freio preparado com borrachas	1200	675	-
Um par de estribos	900	450	-
Freio sem borrachas	900	575	-
Um par de arçõs	600	375	-
Um par de veçatas	600	400	-
Capa para o arção da garupa	250	163	-
Capa para o arção dianteiro	200	100	-
Uma fivela de silhas	37½	18	-
Um grampo	37½	9	-
Aparelho de latão para as bandoleiras boldriés e carteiras com suas armas	1800	1200	-
Seleiro contratado	133\$333½ por ano	Praça recrutado: 76\$285 por ano	-
Uma sela nova	10\$650	3\$950	-
Arreios para um cavalo	1\$650	850	-
Cabestro	600	207	-
Cabeçada e védias	800	336	-
Bocal do porta clavina	300	28	-
Um par de garupas	300	44	-

Fonte: Carta de Dom Antônio de Noronha a Martinho de Melo e Castro. 1775. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. 643, fl. 123-124. Relação das obras, munições e mais petrechos feitos na Casa da Fábrica das Armas da Fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro no tempo do governo do Ilmo. e Exmo. Sr. Marquês do Lavradio, vice-rei e capitão-general-de-mar-e-terra do Estado do Brasil. Continuado de 1º de novembro até 20 de março de 1779. Arquivo Histórico Militar. Lisboa. Div/2/1/4/5.

A administração dos recursos logísticos do RRCM caberia ao quartel-mestre, cargo preenchido por Antônio Dias de Macedo. A capelania seria exercida pelo reverendo Manuel Gonçalves Solano, vigário da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Vila Rica¹⁷. Solano não tiraria a provisão do cargo, pois retornaria com Dom Antônio de Noronha a Portugal¹⁸.

O licenciado José Pereira dos Santos, cirurgião da Comarca de Vila Rica, que há muito “cuidava da saúde dos presos e enfermos com recursos próprios”¹⁹ foi indicado para o posto de cirurgião-mor. José Antônio Pereira Freire, oriundo do Rio de Janeiro, desempenharia as funções de auditor²⁰.

Dando continuidade à reesturação militar, Dom Antônio de Noronha reformou aqueles oficiais que pela avançada idade não eram capazes de continuar no serviço. Um desses militares era o tenente de Dragões Francisco Coelho da Silva, com 80 anos de idade. Francisco, natural de Viana, ingressara aos 34 anos de idade na terceira companhia de Dragões como cabo-de-esquadra. Durante seus 46 anos de serviço, recebera apenas três promoções. Outro militar reformado à época da criação do RRCM foi o tenente José Vaz Luiz, com 70 anos de idade²¹.

¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 112. Doc. 57.

¹⁸ Dom Rodrigo José de Meneses proveu João Roiz do Paço, que foi confirmado no cargo pela Provisão do Conselho Ultramarino de 15/12/1785. Paço exerceu suas funções por mais de vinte anos sem receber soldo algum. Em 1806, por se encontrar doente, seria substituído por José Joaquim Viegas de Meneses. CARTA do capitão-general das Minas Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo para o Visconde de Anadia. Vila Rica, 22/8/1806. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 181. Doc. 43.

¹⁹ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 76. Doc. 44.

²⁰ CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775. Arquivo Público Mineiro. Cód. 211, SG. fls. 64-68v.

²¹ CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 25/7/1775. Arquivo Público Mineiro. SC. 211, fl. 76v.

3 A GREI

O Regulamento do Conde de Lippe, idealizado por esse oficial de matriz bélica prussiana que reorganizou com maestria o Exército Português, previa oito companhias para um regimento de cavalaria. A fim de organizar as companhias do RRCM, Dom Antônio escreveu aos capitães-mores das Comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro do Frio avisando-lhes que o Rei era servido estabelecer nas Minas um Regimento de Cavalaria. Caberia aos capitães-mores comunicarem às pessoas mais capazes de poderem empregar-se nos postos de capitães e que quisessem formar companhias às suas custas. Após a convocação, várias pessoas se apresentaram querendo participar da

distinta honra que Sua Majestade lhe permite de os admitir no seu Real Serviço e estas tem aceitado as condições com que devem formar as suas companhias, que são apresentarem os seus soldados montados com todas aquelas munições com que Sua Majestade os costuma fornecer, menos a clavina, pistola, e a espada²².

Essa dinâmica proporcionou a formação de companhias com laços de parentesco e forte base comunitária.

A primeira e a segunda companhias não possuíam capitães, pois “o coronel e o tenente-coronel iriam nelas nomeados”²³. No caso do RRCM, cada companhia teria em média sessenta praças. Augusto de Lima Júnior (1960), ao analisar o processo de composição da oficialidade do RRCM, afirmou:

Em 1775, vindo governar a Capitania de Minas (...), Dom Antônio de Noronha, comandante do **Regimento de Cavalaria** de Campo Maior no Alentejo, **trouxe quase toda a oficialidade, desde o sargento-mor Pedro Afonso**

²² CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775. Arquivo Público Mineiro. Cód. 211, S. G. fls. 64-68v

²³ LIPPE, Conde de. Regulamento para a cavalaria, cap. I.

Galvão de São Martinho, até os capitães de companhias e vários subalternos (...)²⁴.

A assertiva de Lima Júnior teria eco numa historiografia formada nas décadas de 60 e 70 do século XX. Todavia, por intermédio das fontes primárias localizadas no Arquivo Público Mineiro e Arquivo Histórico Ultramarino, que permitem verificar a vida pregressa dos oficiais do RRCM, suas afirmações não se sustentam. Em primeiro lugar, Dom Antônio de Noronha comandou o Regimento de Infantaria da Praça de Campo Maior e não o de Cavalaria²⁵. Do ponto de vista social e militar, haveria diferenças no comando desses dois regimentos²⁶. Por outro lado, a ideia da transferência de uma oficialidade vinda de Portugal encobriria uma série de questões relacionadas à dinâmica de funcionamento das estruturas militares nas Minas setecentistas.

4 A OFICIALIDADE DO REGIMENTO REGULAR DE CAVALARIA DE MINAS

Após a elaboração nos novos figurinos do RRCM, as aquarelas foram enviadas ao Ministro Martinho de Melo e Castro, na esperança de que dos armazéns do Reino saíssem os panos para confeccionar os fardamentos. Também foi enviada a relação dos oficiais que compunham o regimento²⁷ (QUADRO 4).

²⁴ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Crônica militar*. 1960, p.183. Grifos nossos.

²⁵ NOMEAÇÃO de Dom Antônio de Noronha para governador e capitão-general da Capitania de Minas Gerais. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 13/12/1774. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 107. Doc. 69.

²⁶ Cf.: COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: Universo Militar Luso-brasileiro e as Políticas da Ordem nas Minas Setecentistas*. Universidade Federal de Minas Gerais. 2004.

²⁷ CARTA de Dom Antônio de Noronha a Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 7/9/1776. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx.110. Doc. 25.

QUADRO 4

Oficiais de patente do Regimento Regular de Cavalaria de Minas Gerais. 1776.

ESTADO-MAIOR	
Posto / Nome	Quando assentou praça
Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada	1º de Julho de 1775
Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho	1º de Julho de 1775
Quartel Mestre Antônio Dias de Macedo	1º de Julho de 1775
Capelão-Mor Manuel Gonçalves Solano	1º de Julho de 1775
Cirurgião-Mor José Pereira dos Santos	15 de Outubro de 1775
1ª COMPANHIA	
Primeiro-tenente Jerônimo José Machado	1º de Julho de 1775
Segundo-tenente Maximiliano de Oliveira Leite	1º de Julho de 1775
Alferes Roberto de Mascarenhas Lobo	1º de Julho de 1775
2ª COMPANHIA	
Primeiro-tenente José Luiz Saião	1º de Julho de 1775
Segundo-tenente Antônio Agostinho Lobo Leite	1º de Julho de 1775
Alferes José Antônio de Melo	1º de Julho de 1775
3ª COMPANHIA	
Capitão Francisco Antônio Rebelo	1º de Julho de 1775
Tenente Bernardo Teixeira Alves	1º de Julho de 1775
Alferes Felipe José da Cunha	1º de Julho de 1775
4ª COMPANHIA	
Capitão Luiz Antônio Saião	1º de Julho de 1775
Tenente José de Souza Lobo	1º de Julho de 1775
Alferes Tomás Joaquim de Almeida Trant	1º de Julho de 1775
5ª COMPANHIA	
Capitão Manoel da Silva Brandão	1º de Julho de 1775
Tenente Antônio da Silva Brandão	1º de Julho de 1775
Alferes José da Silva Brandão	1º de Julho de 1775

6ª COMPANHIA

Capitão Baltazar João Mayrink	1º de Dezembro de 1775
Tenente João Gonçalves de Castro	1º de Dezembro de 1775
Alferes Joaquim José da Silva Xavier	1º de Dezembro de 1775

7ª COMPANHIA

Capitão José de Vasconcelos Parada e Souza	1º de Dezembro de 1775
Tenente Carlos Caetano Monteiro	1º de Dezembro de 1775
Alferes Simão da Silva Pereira	1º de Dezembro de 1775

8ª COMPANHIA

Capitão Francisco Antônio de Oliveira Lopes	1º de Janeiro de 1776
Tenente João de Magalhães	12 de Janeiro de 1776
Alferes José da Silva Brum e Ataíde	1º de Janeiro de 1776

Fonte: CARTA de Dom Antônio de Noronha. Vila Rica, 13/1/1776.

Arquivo Público Mineiro. SC. 211. fls. 86-86v.

Os oficiais e soldados do RRCM teriam fortes laços com as Minas. Eles estariam inseridos em redes de parentesco, amizade e compadrio. Tudo isso permeado por interesses econômicos e sociais. Passar em revista essa oficialidade é um exercício que desvelaria tais questões.

O tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, pouco antes de assumir o comando do RRCM servira, como capitão, no Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos Vice-reis, no Rio de Janeiro. Nessa época “foi incumbido em algumas diligências do serviço pelo Marquês Vice-rei do Estado; e de todas deu muito boa conta”²⁸. Francisco Freire de Andrade nasceu no Rio de Janeiro e era filho do segundo Conde de Bobadela e de Maria do Bom Sucesso Correia de Sá Benevides. Seu pai e seu tio foram governadores de Minas e sua mãe pertencia a uma das mais distintas famílias da América Portuguesa. Sua trajetória militar iniciara quando tinha apenas doze anos de idade, ao ser admitido como cadete no Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro²⁹.

²⁸ RELAÇÃO dos oficiais da Tropa Paga. Vila Rica, 25/7/1775. Arquivo Público Mineiro. SC. 211, fl. 76.

²⁹ INQUIRIÇÃO de Francisco de Paula Freire de Andrada. Rio de Janeiro, 16/11/1789. Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Vol. 5, p. 171-172.

Na primeira companhia, todos os três oficiais eram antigos Dragões. O tenente Jerônimo José Machado fora furriel; Maximiliano de Oliveira Leite e Roberto Mascarenhas Lobo, cadetes. O tenente Maximiliano possuía terras na freguesia do Sumidouro e Furquim; era primo de dona Isabel Querubina, esposa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada (seu comandante no Regimento), sobrinho de dona Juliana Francisca de Oliveira, esposa do capitão-mor de Vila Rica, José Álvares Maciel, e um dos netos do guarda-mor de Mariana. O alferes Roberto Mascarenhas Lobo era filho do capitão Bernardo da Fonseca Lobo e exercia, desde 1765, o ofício de tabelião da Vila do Príncipe³⁰.

Dos três oficiais da segunda companhia, dois pertenceram aos antigos Dragões. Os tenentes José Luiz Saião e Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira eram cadetes. O alferes José Antônio de Melo nasceu em São João Del Rei e pertencera a uma cavalaria auxiliar de Minas³¹.

Francisco Antônio Rebelo, inicialmente capitão e comandante da terceira companhia do novo Regimento e, posteriormente, escolhido por Dom Antônio de Noronha para ser seu ajudante de ordens, nasceu no Minho, em 1731, e teria vindo para Minas na década de 1760 para ser escrivão e contador da Provedoria da Real Fazenda³². Iniciou sua carreira militar em 1761, como capitão da companhia de ordenança da cavalaria da freguesia de Santo Antônio da Casa Branca³³. No mesmo ano em que escreveu o *Erário*

³⁰ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 94. Doc. 39; Arquivo Público Mineiro. SC. 211, fl. 76-77; Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 55. Doc. 09; Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 55. Doc. 09; Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa Cx. 85. Doc. 52.

³¹ Arquivo Público Mineiro. SC. 211, fl. 76-77; Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 103. Doc. 26; Auto da Devassa da Inconfidência Mineira. Vol. 1, p. 182.

³² OLIVEIRA, Tarquínio J.B. *Análise e organização do Erário Régio de Francisco Antônio Rebelo. 1768*, p. 89.

³³ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 78, Doc. 92.

Régio (1768)³⁴, recebeu carta-patente de sargento-mor do Regimento de Cavalaria Auxiliar do Termo de Vila Rica³⁵. Seus auxiliares diretos no novo Regimento eram o tenente Bernardo Teixeira Alves, cunhado do sargento-mor Pedro Afonso de São Martinho, e o alferes Felipe José da Cunha.

Na quarta companhia, tanto o capitão Luiz Antônio Saião quanto o tenente José de Souza Melo Lobo eram oriundos dos antigos Dragões - aquele no posto de tenente e este como cadete. Melo Lobo possuía terras na freguesia do Sumidouro, termo da cidade de Mariana³⁶.

A composição da oficialidade da quinta companhia traz consigo uma característica dos corpos militares no período: os laços de parentesco. À frente da companhia, estava o *Filho de Minas* capitão Manoel da Silva Brandão; seus auxiliares diretos eram os irmãos: tenente Antônio da Silva Brandão e alferes José da Silva Brandão. Manoel da Silva Brandão também era *Filho de Minas*³⁷ e José da Silva Brandão servira no Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos Vice-reis³⁸.

³⁴ Trabalho que trata da evolução financeira ou fazendária das Minas, no período compreendido entre 1715-1767.

³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa Cx. 93, Doc. 32.

³⁶ Arquivo Público Mineiro. SC. 211, fl. 76-77; Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 91; Doc. 73.

³⁷ LISTA das pessoas que se achavam presas em consequência das notícias de que se premeditava uma conjuração. ADIM. Vol. 7, p.54.

³⁸ Em 1800, o governador de Minas propunha ao Rei alguns militares que teriam se destacado nas campanhas para prisão do Bando dos Vira-saia, a fim de serem “adiantados” em suas carreiras. Ali está a indicação do major Manoel da Silva Brandão – comandante da expedição – para tenente-coronel de infantaria de milícias de Bambuí. No mesmo documento consta que o capitão José da Silva Brandão não poderia ser promovido à sargento-mor pois iria preterir seu irmão Antônio da Silva Brandão. Arquivo Público Mineiro, SC, cód. 277, fl. 62v. *Apud* PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*.

Baltazar João Mayrink, comandante da sexta companhia, fora capitão de uma companhia do Regimento Auxiliar de Cavalaria de Nobreza de Ouro Preto³⁹. Já o tenente João Gonçalves de Castro era possuidor de terras na paragem chamada Ilha do Príncipe, no Rio Xopotó, termo de Mariana⁴⁰. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, natural de São José del Rei, viera do Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos Vice-reis.

O alferes Simão da Silva Pereira, oficial da sétima companhia do RRCM, fora rábula da Vila do Bom Sucesso das Minas Novas⁴¹. Quanto ao capitão José de Vasconcelos Parada e Souza e ao tenente Carlos Caetano Monteiro, a despeito de não se encontrar nenhum registro de suas procedências, constatou-se que o último permanecera nas Minas até o século XIX⁴² e o primeiro falecera em Minas nos finais do século XVIII⁴³.

Francisco Antônio de Oliveira Lopes, comandante da oitava companhia, era natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Igreja Nova, ou Borda do Campo, Comarca do Rio das Mortes e antigo comandante do Regimento Auxiliar de Cavalaria de São João Del Rei. Era proprietário da fazenda situada junto ao povoado de Ponta do Morro, localizada entre Prados e São João Del Rei, dedicava-se à pecuária e à mineração, mantendo comércio com o Rio de Janeiro⁴⁴.

A partir das informações dos oficiais, constata-se que, antes de assumirem seus postos no RRCM, vários pertenciam às antigas

³⁹ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 95. Doc. 26.

⁴⁰ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 109. Doc. 43.

⁴¹ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 118. Doc. 30.

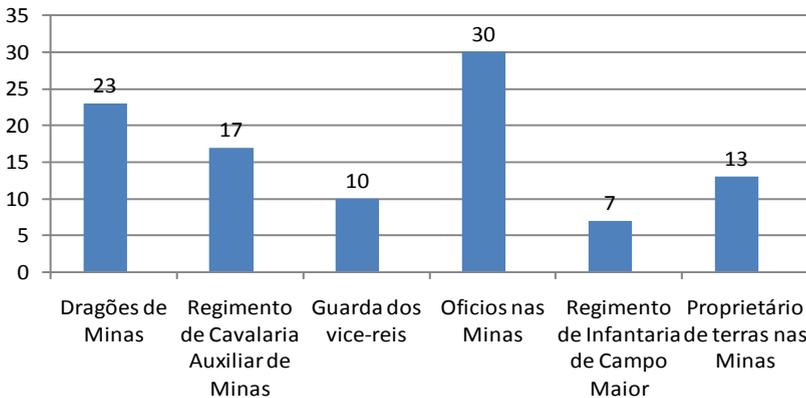
⁴² Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 160. Doc. 54.

⁴³ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Cx. 140. Doc. 42.

⁴⁴ Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Vol. 2, p. 38-39.

companhias de Dragões. Outros possuíam patentes de oficiais das cavalarias auxiliares da própria Capitania. Não poucos eram proprietários de terras e vários desempenhavam seus ofícios em Minas. Apenas o governador e o sargento-mor eram recém-chegados de Portugal (GRAF. 1).

GRÁFICO 1 - Antecedência dos oficiais do Regimento Regular da Cavalaria de Minas. Séc. XVIII.



Fontes: Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Público Mineiro; Autos da Devassa da Inconfidência da Inconfidência Mineira.

Portanto, a oficialidade do RRCM não foi estruturada em Portugal. Eram *Filhos de Minas* ou homens com laços econômicos, sociais e afetivos com Minas Gerais. Vários já possuíam patentes militares dos corpos de ordenanças ou auxiliares, do que se deduz que foram aprovados pelas Câmaras Municipais.

5 A DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO RRCM

Ao analisar o processo de constituição do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, percebe-se que o Estado-Maior e as cinco primeiras companhias formaram-se em 1º de julho de 1775, a sexta e sétima, em dezembro e a oitava somente em janeiro de

1776 (QUADRO 4). Esse parcelamento levou o governador Dom Antônio de Noronha a encaminhar a sua carta somente em 13 de janeiro de 1776⁴⁵. Ora, não há como iniciar as ações do RRCM sem um efetivo mínimo, tampouco sem estruturam-se o seu órgão de direção estratégica.

Quanto à data de 9 de junho de 1775, trata-se de um equívoco de leitura paleográfica de Augusto de Lima Júnior, pois, a despeito de Lima Júnior nunca citar a fonte de suas afirmações, a presente pesquisa localizou o documento no Arquivo Público Mineiro⁴⁶ (FIG. 1).

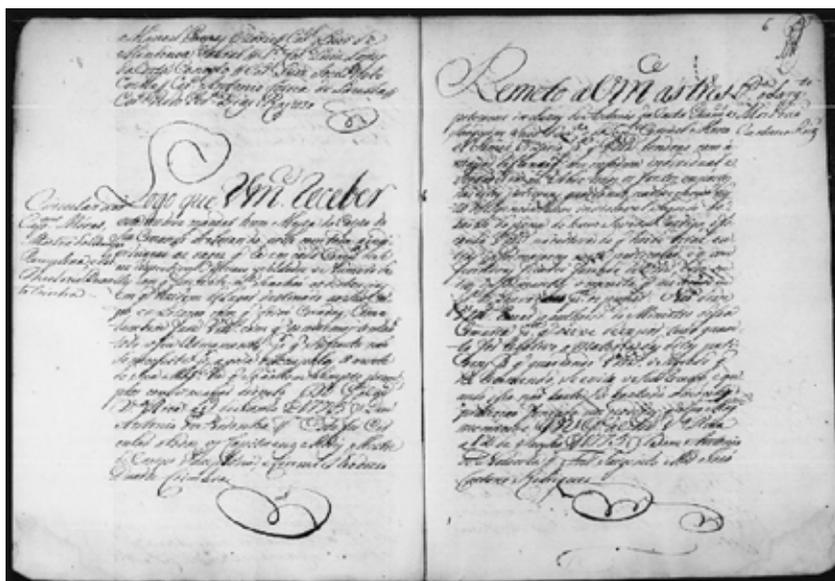


Figura 1 – Carta de Dom Antônio de Noronha aos capitães-mores, mestres-de-campo e coronéis dos regimentos auxiliares. Vila Rica. 9 Junho de 1775.

Fonte: Secretaria do Governo da Capitania. Seção Colonial. Doc. 10. Arquivo Público Mineiro.

⁴⁵ CARTA de Dom Antônio de Noronha. Vila Rica, 13/1/1776. Arquivo Público Mineiro. SC. 211. fls. 86-86v

⁴⁶ Registro de cartas, ordens, circulares, avisos e instruções do Governador a diversas autoridades da Capitania de Minas Gerais. Período: 1775-1776. Seção Colonial 208. Microfilme 43. Gav. G-3. Arquivo Público Mineiro.

A carta circular em questão trata de ordens de Dom Antônio de Noronha a todos os comandantes de ordenanças e corpos auxiliares, pois, ao cumprir as determinações régias de 24 de janeiro de 1775, necessitava informar o estado em que se achavam os corpos militares da Capitania de Minas Gerais. Não há, portanto, nenhuma menção à criação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas no referido documento.

Ao afirmar que o RRCM foi criado em 9 de junho de 1775⁴⁷, Augusto de Lima Júnior criou uma tradição historiográfica. Os pesquisadores que o seguiram reproduziram suas informações. Certamente deduziram que o trabalho de localização e análise das fontes primárias já estava realizado, uma vez que ele não cita o documento. Em 1992, essa percepção equivocada foi legitimada pela Comissão do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que tendo com base a obra de Augusto de Lima Júnior e de seus seguidores, afirmou que o RRCM foi criado em 9 de junho de 1775. Entretanto, a comissão não se debruçou sobre as fontes primárias, como se constata no parecer⁴⁸. Como questionar o parecer de uma instituição como o IHGMG e de uma determinada historiografia? A resposta está na apresentação de dados.

Além do Quadro 1, que menciona como sendo 1º de julho o dia em que os primeiros oficiais assentaram praça, em 25 de julho de 1775, Dom Antônio de Noronha enviou uma carta ao Marquês de Pombal na qual afirmou: “(...) no que respeita ao Regimento da Tropa Paga, remeto a V.Exa a lista dos oficiais que foi preciso promover, e das companhias novas já uma se acha com praça e as quatro que faltam com muita brevidade se recolherão ao quartel”⁴⁹.

⁴⁷ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Crônica Militar*, p. 49.

⁴⁸ PARECER da Comissão Especial do IHGMG, 12/02/1991, sobre o dia da criação da PMMG. In: *O Alferes*, Belo Horizonte, 10 (33): 95-101, abr./jun., 1992.

⁴⁹ CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 25 de julho de 1775. Arquivo Público Mineiro. 211.SG. fl.69-73.

Em 13 de janeiro de 1776, o governador encaminhou nova carta, onde afirmou que em carta de 25 de julho de 1775 enviou relação dos primeiros oficiais do RRCM e que agora enviara o restante para que se passassem as patentes⁵⁰. Entretanto, a confirmação dessas patentes não foi um processo pacífico, pois o Conselho Ultramarino exigia, inclusive, a baixa de alguns provimentos já passados por Dom Antônio. Em 1778, a situação ainda não se havia resolvido. Novamente o governador argumenta:

Se eu der baixa aos referidos oficiais a quem provi e a quem Sua Majestade só premia com a honra dos postos, desanimarão eles e os mais habitantes desta Capitania e nenhum servirá com zelo no futuro. Além disso, os oficiais que nomeei sofreram grandes trabalhos e fizeram grandes despesas durante a guerra deste Estado com a Espanha porque uns marcharam para o Rio de Janeiro, outros escoltaram quatro mil recrutas que mandei por terra para o Rio Grande atravessando os ásperos e dilatados sertões que medeiam entre esta Capitania e aquele Continente⁵¹.

Para dar maior robustez à hipótese de que a data de início das atividades do RRCM foi 1º de julho de 1775, estabeleceu-se um diálogo com o governador de Minas Gerais Pedro Xavier de Ataíde de Melo. Em 1806, o governador enviou carta ao Visconde de Anadia, onde relatou as ações desenvolvidas por Dom Antônio de Noronha:

Tendo Dom Antônio de Noronha entrado no governo da capitania no ano de 1775, nas Instruções que se lhe deram a Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, entre outras, se lhe ordenou que examinando o atual estado da Tropa

⁵⁰ CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Ministro Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 13 de janeiro de 1776. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Minas Gerais. Cx. 109. Doc. 9.

⁵¹ CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Ministro Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 15 de agosto de 1778. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Minas Gerais. Cx. 113. Doc. 13.

Regular desta capitania, e mais tropa miliciana houvesse de calcular com muita prudência o que melhor conviesse aos interesses de Sua Majestade e à defesa desta Colônia, parecendo a Sua Majestade exorbitantíssimos os soldos que se gastavam com três companhias de Dragões (...) houvesse de levantar um Regimento Regular que poderia muito bem ser pago com os mesmos soldos, que então percebiam as três sobreditas companhias de Dragões, ficando deste modo esta Colônia não só com um **Regimento Regular de Cavalaria**, estabeleceu-lhe seus soldos, nomeou oficiais até o posto de Tenente-Coronel, inclusive, que **princiaram a exercer jurisdição desde 1º de julho de 1775**, dando ultimamente conta a Sua Majestade nesta Secretaria de Estado competente em ofício de 13 de janeiro de 1776, o que tudo aquele Augusto Senhor se designou por sua rela grandeza confirmar.

6 DISCIPLINA MILITAR

Sobre a disciplina dos soldados pertencentes ao RRCM, bem como a relação entre os soldados e o seu comandante, o vice-rei Marquês do Lavradio afirmou:

O tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade é muito moço, porém **tem comandado as companhias que estão debaixo da sua ordem com muito acerto**. Este corpo foi formado de novo, assim de soldados, como de oficiais, **ele os tem disciplinado e instruído nas evoluções militares**, que executam sofrivelmente bem, **conserva em respeito e obediência aos seus súditos a quem trata ao mesmo tempo com urbanidade**. Este moço tem muita viveza e compreensão; V. Ex^a deve vigiar com algum cuidado sobre o que a V. Ex^a digo nesta informação a respeito deste oficial, porque, como o tenho criado há perto de nove anos pode ser que a minha amizade particular faça dizer dele mais do que ele merece⁵².

⁵² RELATÓRIO do Vice-rei Marquês do Lavradio ao seu sucessor. 19/6/1779. ANRJ. Cód. 71, fls. 15v-16. Grifos nossos.

Para completar o quadro de disciplinarização dos soldados do RRCM, era necessário a “cerca”. Era preciso fixá-los, impedir as violências, acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem, evitar os conflitos com as autoridades civis e controlar as despesas. Para tal, Dom Antônio de Noronha mandou construir o quartel em Cachoeira do Campo:

O novo quartel, situado em uma graciosa colina, a dois quilômetros do arraial da Cachoeira do Campo (...) foi erguido como um ponto estratégico, como base de operações, onde congregados fortes contingentes, com facilidade e rapidez, poderiam cair sobre qualquer ponto onde a tranqüilidade pública se visse ameaçada⁵³.

Era preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado de indivíduos, sua circulação difusa, “sua coagulação inutilizável e perigosa”. O quartel, como instituição disciplinar, codifica um espaço que a arquitetura deixa livre e pronto para vários usos. Lugar determinado para se satisfazer a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas⁵⁴.

Permeado por uma lógica de vigilância e tendo em vista que os soldados eram “obrigados a auxiliarem os magistrados, oficiais de justiça e fazenda na *conservação da paz e ordem pública* e na arrecadação dos direitos e impostos da Coroa”, todos os militares, contra os quais se provasse que sem ordem de seus superiores “fossem *achados ou vistos fora dos seus quartéis* juntos em número de três ou mais com armas brancas ou de fogo, públicas ou ocultas, seriam imediatamente enforcados”⁵⁵.

⁵³ MONOGRAFIA da Freguesia da Cachoeira do Campo. Arquivo Público Mineiro, vol. I p.102-103.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. p.123.

⁵⁵ ALVARÁ de 14/2/1772. Arquivo Histórico Militar. Lisboa. Div/3/3/2/3. Grifos nossos.

O prédio central do quartel de Cachoeira do Campo, composto de um segundo pavimento, possui internamente cinco janelas. Dentre elas uma se destaca por sua centralidade e dimensão. Seria o local por onde o comandante do RRCM a todos observava. Do lado externo, logo em sua entrada, estaria estampado o brasão das armas da Coroa portuguesa, a reafirmar sua autoridade e poder sobre os vassalos militares.

Os regulamentos adotados no processo de formação do RRCM seriam aqueles escritos pelo Conde de Lippe. Neles, adestrava-se a tropa para o combate em uma guerra regular, isto é, utilizando-se métodos, técnicas e armas que, de certa forma, eram previsíveis e conhecidas em toda a Europa. Assim, o RRCM foi exercitado e disciplinado tendo em vista o confronto contra um inimigo externo. Neste particular, teriam atingido um excelente nível nas evoluções militares, fato que transparece na documentação oficial e nos depoimentos de viajantes europeus.

No início do século XIX, vários estrangeiros se deslocaram para Minas para relatarem sobre a paisagem, as vias de penetração, os métodos de exploração e beneficiamento de pedras preciosas, as diversidades mineral e natural, a vida cotidiana, os costumes, o espaço urbano. Durante suas viagens, redigiam diários com as informações colhidas por eles e por seus predecessores⁵⁶. Alguns desses viajantes deixaram suas impressões sobre o RRCM. Para o francês August Saint-Hilaire:

Os soldados do Regimento das Minas são altos, bem constituídos e têm boa apresentação; esse, porém, é o menor elogio que se lhes pode fazer. Em país algum vi corpo de simples militares tão perfeitamente constituído. Bastante diferentes dos homens tão pouco dignos de apreço que constituem os regimentos do Rio de Janeiro, os soldados de Minas pertencem, geralmente, a famílias dignas, sabem todos ler e escrever, e são notáveis por sua polidez,

⁵⁶ FURTADO, Júnia. *O mundo francês em Minas*, p. 14-15.

inteligência, excelente conduta e probidade.(...).Vê-se quantas comissões de responsabilidade e importância são confiadas a esses militares e nunca ouvi dizer que, um único, tivesse abusado dos depósitos a eles confiados⁵⁷.

Na mesma direção, o sueco Gustavo Beyer relata que o RRCM seria “um dos mais brilhantes do mundo. Compunha-se de seiscentos homens escolhidos e fiéis, da melhor estampa e raça, recrutados e mantidos pelo governo da Capitania com soldos principescos e equipamentos de luxo”⁵⁸.

O alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege, coronel do Corpo de Engenheiros do Exército Real Português, afirmou:

O brasileiro tem um talento natural para aprender os exercícios militares e dar-se um ar militar, especialmente na cavalaria (...) **O Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais**, por exemplo, que na verdade **só cumpre a função de gendarmes** e nunca se exercitava em manobras, já fazia três meses após a nova organização, (mas) realizava suas **manobras com tal precisão que nada deixava a desejar**⁵⁹.

Sobre o recrutamento e a conduta dos soldados do RRCM, o inglês John Mawe, relatou:

O Regimento é belíssimo e goza de tão alta reputação que, muitas pessoas se apresentam para ser alistados. Durante minha estada em Vila Rica duzentos voluntários faziam o serviço sem remuneração alguma, aguardando a sua vez de serem

⁵⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 163.

⁵⁸ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. Vol. VII, p. 428.

⁵⁹ SCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Relato de viagem, Arrozal de Cima, 15/9/1820, p. 47. Grifos nossos.

arregimentados. Este ardor facilita aos governos oportunidade de escolher homens inegavelmente animados de **verdadeiro espírito militar**, e conhecidos, ao mesmo tempo, por seu bom procedimento. Dizem, e eu creio, de bom grado, que a este respeito aquele Corpo não tem igual⁶⁰.

7 MISSÕES

Dentro de uma perspectiva de distribuição estratégica do efetivo do RRCM, bem como da preocupação com o treinamento, percebe-se a determinação de não consentir a fixação de militares por muito tempo em determinado destacamento. Para que fosse possível o rodízio dos soldados nos diversos destacamentos, “ficam sempre duzentas e quarenta praças **disciplinando-se no quartel**, e o resto **guarnecendo os postos** por onde se receia poder haver algum extravio de ouro ou diamantes”⁶¹.

Para Dom Antônio de Noronha, a permanência de um soldado por muitos anos em um registro ou destacamento proporcionaria o envolvimento do militar com extraviadores e comerciantes ilegais. De acordo com suas averiguações, alguns dos antigos Dragões haviam “relaxado em suas atribuições de fiscalizar e controlar devido o conhecimento que tinham com os viajantes”⁶².

Saint-Hilaire destaca que os militares do RRCM se postavam nas fronteiras a fim de impedir o contrabando de ouro e dos diamantes, em especial, opondo-se ao comércio e à extração

⁶⁰ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Sobre a estada de John Mawe em Minas. Cf. CARTA do Conde de Linhares a José Ricardo de Gouveia Mourão. 9/1/1810. Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro. Capitania de Minas. I,1,2,34,151. Grifos nossos.

⁶¹ CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775. Arquivo Público Mineiro. SC 211, fl. 64.

⁶² CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775. Arquivo Público Mineiro. SC 211, fl. 64.

ilícita dos diamantes no Distrito Diamantino. Anualmente levavam ao Rio de Janeiro os diamantes extraídos da terra. Transportavam para as intendências o ouro em pó coletado nas Casas de Permuta. E, na falta de alguém para arrematar o Contrato dos Dízimos, era um soldado do RRCM enviado a receber o imposto⁶³.

A *escolta de permuta* transportava anualmente de Vila Rica ao Rio de Janeiro o ouro e os diamantes arrecadados nas Minas. Ela deixava a Capitania ordinariamente em março. No Rio de Janeiro, os valores eram embarcados para Portugal numa das duas fragatas de guerra, que ligavam o Reino à América Portuguesa⁶⁴.

Além das escoltas, os *novos* Dragões herdaram dos *antigos* as atribuições de manutenção da ordem pública. Pois, “a desordem era perigosa ao governo dos povos, inda mais a milhas de distância do centro do poder”⁶⁵. A desordem era prejudicial à tributação.

As companhias dos *antigos* Dragões foram institucionalizadas e consolidadas em meio a conflitos coletivos relacionados à insatisfação contra o aumento dos preços dos alimentos, o desabastecimento e a elevação dos impostos. Também como participaram naqueles em que se enfrentaram mais de um polo de poder. O universo violento de atuação dos Dragões seria marcado pelo medo geral de um levante escravo, *pelejas* contra índios bravos, negros revoltosos, vadios e pelas atividades de repressão aos garimpeiros ilegais, aos extraviadores e contrabandistas.

Os *novos* Dragões encontraram um ambiente de atuação diferente. A partir de meados do século XVIII não havia revoltas espetaculares patrocinadas por grandes poderosos locais. Elas

⁶³ SAINT HILAIRE, August de. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. p. 162-163.

⁶⁴ Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Vol. 1, p. 357-358.

⁶⁵ MELO e SOUZA, Laura de. *Norma e conflito*, 85.

se “tornaram-se surdas, constantes, disseminadas, cotidianas”⁶⁶. Todavia, intensificaram as ações de tentativa de controle social e a repressão aos extravios, contrabandos e quilombos.

Em função do número reduzido de soldados e por questões estratégicas, os Dragões eram postados onde se pagavam os tributos (registros, passagens) e nas regiões extratoras do ouro e diamante. O RRCM era dividido pelas quatro comarcas em seis *comandâncias*, localizadas em Vila Rica, São João Del Rei, Sertão, Paracatu, Tejuco e Minas Novas. Cada *comandância* era responsável por um grupo de destacamentos, registros, guardas e patrulhas (QUADRO 5).

Os destacamentos eram guarnecidos por cabos e soldados. Cada um possuía cerca de seis soldados, exceção feita ao quartel do Tejuco, que dispunha de doze a vinte militares. Uma guarda geralmente era composta por um cabo, quatro soldados e dois pedestres⁶⁷. A composição das patrulhas variava de acordo com a missão a cumprir.

Dentro das práticas cotidianas e responsabilidades individuais, cabia aos oficiais realizarem periodicamente a fiscalização de todos os destacamentos, registros e guardas, dando *parte* de todas as irregularidades detectadas. Tal procedimento recebia o nome de *giro*, e, em situações de normalidade, o oficial era acompanhado por mais três militares⁶⁸. Aos furriéis e cabos-de-esquadra, comandantes de pequenas frações, cabia a confecção dos *Diários*, nos quais eram relatados todos os fatos ocorridos durante as patrulhas⁶⁹.

⁶⁶ MELO e SOUZA, Laura de. *Norma e conflito*, 90.

⁶⁷ ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. p. 143.

⁶⁸ CARTA do tenente de Dragões Antônio José de Araújo ao capitão-general Dom Rodrigo José de Menezes. Bom Sucesso de Minas Novas, 10/10/1781. Arquivo Público Mineiro. SC. 224, fl. 147v.

⁶⁹ CARTA do capitão de Dragões José Luiz Saião ao capitão-general Dom Rodrigo José de Menezes. Tejuco, 10/10/1781. Arquivo Público Mineiro. SC. 224, fl.45v.

QUADRO 5

Destacamentos do Regimento Regular da Cavalaria de Minas Gerais. 1778.

COMARCA	GUARDA/REGISTRO/PATRULHA		COMANDÂNCIA
Vila Rica	Cachoeira	Espera	Vila Rica
Rio das Mortes	Guarda da Intendência do Rio das Mortes	Guarda do Pinheirinho	Vila de São João
	Registro da Mantiqueira	Guarda do Toledo	
	Registro do Itajubá	Guarda do Garambeo	
	Registro do Jaguari	Guarda de Picada da Auiruoca	
	Registro do Ouro Fino	Patrulha do Caminho Novo	
	Registro do Jacuí Guarda de Matias Barbosa	Guarda da Paraibuna	
Rio das Velhas	Guarda da Intendência do Sabará	Guarda dos Macacos	Sertão
	Registro das Sete Lagoas	Guarda do Riacho da Areia	
	Registro do Jequitibá	Guarda da Tapera do Saco	
	Registro do Zabelé	Patrulha de Venda Nova	
	Guarda do Rio da Prata	Registro de Santo Antônio	Paracatu
	Guarda de São Romão	Registro de São Luiz	
	Guarda do Porto do Bezerra	Registro dos Olhos d'Água	
	Registro do Nazaré	Guarda da Catinga	
	Registro de Santa Izabel	Guarda do Rio da Marmelada	
	Serro do Frio	Guarda da Intendência da Vila do Príncipe	
Destacamento do Tejuco		Guarda da Picada	
Registro do Galheiro		Guarda das Três Barras	
Registro do Rabelo		Guarda do Rio Pardo	
Registro do Caeté Mirim		Guarda da Chapada	
Registro da Inhacica		Guarda do Andaiá	
Registro do Pé-do-Morro		Guarda do Inhai	
Guarda do Milho Verde: Guarda da Paraúna		Guarda do Rio Manso	
Destacamento de Minas Novas		Guarda do Itacambiruçu	Minas Novas
Registro de Jequitinhonha		Guarda do Tocaio	
Registro de Itacambira		Guarda da Conceição	
Guarda do Rio Pardo		Guarda de Simão Vieira	
Guarda da Gurutuba		Guarda de Santa Cruz	

Fonte: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. p. 142/143. MAPAS das quatro comarcas, elaborados por José Joaquim da Rocha (1780).

As patrulhas dos caminhos ou patrulhas do mato vigiavam

não somente as estradas situadas nas proximidades dos registros, mas também as picadas e atalhos, onde era comum o desvio de cargas com o intuito de não pagar os impostos. Basicamente, eram compostas por militares do RRCM e pelos Pedestres.

Os militares dispunham de mobilidade e conhecimento do território, fatores indispensáveis à conservação da ordem e manutenção da tranquilidade pública. A Coroa desejava conhecer o território para controlá-lo, saber suas potencialidades, impedir extravios e sonegações de impostos e estabelecer a ordem pública.

A esse respeito, em 1781, o comandante do Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, o alferes do RRCM Joaquim José da Silva Xavier, “homem metódico e dotado de lógica excepcional”⁷⁰, recebera ordens para restabelecer a ordem e prender os bandoleiros e salteadores que atacavam, roubavam e matavam os viajantes que passavam pela Serra da Mantiqueira. Como de costume, procederam-se ações militares integradas envolvendo os militares do RRCM, Auxiliares e Pedestres. Após “baterem os matos”, encontraram mais de uma dezena de corpos, e em seguida prenderam os culpados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente o Secretário Nacional de Segurança Pública do Brasil afirmou que é necessário “devolver a polícia à sociedade”⁷¹. No caso de Minas, essa frase se encaixa perfeitamente, pois o RRCM só foi possível graças à vontade da comunidade local. Os homens poderiam fugir para os matos e sertões, como faziam quando dos recrutamentos compulsórios para as tropas que seriam enviadas a guerrear no sul. Entretanto, mesmo sem a certeza de que receberiam

⁷⁰ ANASTASIA, Carla. *Salteadores, bandoleiros e desbravadores nos Matos Gerais da Mantiqueira (1783-186)*, p.125.

⁷¹ BALESTRERI, Ricardo. III Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Palestra proferida em 2 de abril de 2009, no Centro de Convenções de Vitória. Espírito Santo.

os seus soldos e com a falta de armamentos e recursos, formou-se o RRCM. Nesse sentido, não se pode desconsiderar a importância da organização municipal representada pelas câmaras e pelos oficiais das forças militares locais (ordenanças e corpos auxiliares) que integraram a primeira geração do RRCM.

O RRCM nasceu sob as diretrizes da *Carta Deontológica* de 24 de janeiro de 1775⁷². Ele foi adestrado e disciplinado sob a rígida perspectiva dos regulamentos do Conde de Lippe. Seus integrantes foram divididos no território mineiro de maneira estratégica, por intermédio de comandâncias, destacamentos, postos, registros e passagens. Os oficiais possuíam fortes laços de proximidade com as comunidades, traduzidos em relações econômicas, sociais e familiares. Por fim, uma instituição não se faz sem homens e sem um setor de planejamento, coordenação e controle: Estado-Maior e os primeiros oficiais começaram a exercer jurisdição em 1º de julho de 1775.

***Abstract:** The administration of High Risk Social Defense Events is not confined to the knowledge of the literature about what is conventionally called Crisis Management. It should be appreciate through a micro perspective focused on the Action Scene. The operational functions are previously defined considering the systemic view of the administration, the human rights and the gradual use of force. The tool employed in this process is called: Specialized Police Intervention Protocol. It allowed an accompaniment and assessment of the performance of each police officer at the Action Scene; helps the administrator in the decision-making process and provides data to entrusting of the police actions.*

***Key-words:** Police Administration, High Risk Social Defense Events, Police work, Entrusting.*

⁷² Expressão cunhada por João Bosco de Castro em palestra proferida na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais – Belo Horizonte, por ocasião do 74º aniversário deste educandário, em 5 de março de 2008.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Carla. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas Matas Gerais da Mantiqueira (1783-1786). In: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 117-138.

BALESTRERI, Ricardo. **III Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Palestra proferida em 2 de abril de 2009. Centro de Convenções de Vitória. Espírito Santo.

CASTRO, João Bosco de. **Palestra proferida na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte. 2008.

COTTA, Francis Albert. **No rastro dos Dragões: Universo Militar Luso-brasileiro e as Políticas da Ordem nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O mundo francês em Minas**. Belo Horizonte: BDMG, s.d.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Crônica Militar**. Belo Horizonte: Edição do autor, 1960.

REBELO, Francisco. A. **Erário Régio de Sua Majestade Fidelíssima ministrado pela Junta da Real Fazenda de Vila Rica...(1768)**. Análise e organização por Tarquínio J. B. de Oliveira. Brasília: ESAF, 1976.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

PARECER da Comissão Especial do IHGMG, 12/02/1991, sobre o dia da criação da PMMG. In: **O Alferes**, Belo Horizonte, 10 (33): 95-101, abr./jun., 1992.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. Vol. VII.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

BÖHN, John Heinrich. **Memórias relativas à expedição ao Rio Grande da qual fui encarregado pelo rei d. José I, de 1774 ao final de 1775, contendo cartas que escrevi ao marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil.** Anais do Simpósio Bicentenário da Restauração do Rio Grande. IHGB.

LIPPE, Conde de. **Regulamento para o exercício e disciplina dos regimentos de cavalaria dos exércitos de Sua Majestade Fidelíssima ...** Lisboa: Secretaria de Estado, 1764.

LIPPE, Conde de. **Direções que hão de servir para os senhores coronéis, tenentes coronéis e majores dos regimentos de infantaria dos exércitos de Sua Majestade Fidelíssima executarem com precisão os grandes movimentos das tropas.** Lisboa: Secretaria de Estado, 1767.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Brasil, novo mundo.** Trad. de Domicio de Figueiredo Murta, estudo crítico João Antônio de Paula. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

BEYER, Gustavo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.** Vol. VII, 1960. p.428.

REBELO, Francisco. A. **Erário Régio de Sua Majestade Fidelíssima ministrado pela Junta da Real Fazenda de Vila Rica...**(1768). Análise e organização por Tarquínio J. B. de Oliveira. Brasília: ESAF, 1976.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição Geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais (1780).** Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Biblioteca Nacional de Lisboa

INSTRUÇÃO para se regular a Tropa Paga. Salvaterra de Magos, 24/1/1775. Coleção Pombalina. 643, fl. 125-131.

RELAÇÃO dos soldos do novo Regimento de Minas. Coleção Pombalina. 643, fl. 122.

Arquivo Nacional. Rio de Janeiro

RELATÓRIO do vice-rei Marquês do Lavradio ao seu sucessor. 19/6/1779. Cód. 71, fls. 15v-16.

Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte

CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775. Cód. 211, S. G. fls. 64-68v.

RELAÇÃO dos oficiais da Tropa Paga. Vila Rica, 25/7/1775. SC. 211, fl.76.

CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775. Cód. 211, SG. fls. 64-68v.

CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 25/7/1775. SC. 211, fl. 76v.

CARTA de Dom Antônio de Noronha. Vila Rica, 13/1/1776. SC. 211. fls. 86-86v.

REGISTRO de cartas, ordens, circulares, avisos e instruções do Governador a diversas autoridades da Capitania de Minas Gerais. Período: 1775-1776. Seção Colonial 208. Microfilme 43. Gav. G-3.

CARTA do tenente de Dragões Antônio José de Araújo ao capitão-general Dom Rodrigo José de Menezes. Bom Sucesso de Minas Novas, 10/10/1781. SC. 224, fl. 147v.

CARTA do capitão de Dragões José Luiz Saião ao capitão-general Dom Rodrigo José de Menezes. Tejuco, 10/10/1781. SC. 224, fl.45v.

Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro

CARTA do Conde de Linhares a José Ricardo de Gouveia Mourão. 9/1/1810. I,1,2,34,151.

CARTAS Régias. 265, fl. 141.

Arquivo Histórico Militar. Lisboa

ALVARÁ de 14/2/1772. Div/3/3/2/3.

Arquivo do Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais

Livro de assentamentos das praças da Seção de Cavalaria do Corpo Policial de Minas. 1835. Arquivo do Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais.

Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa

Carta do capitão-general das Minas Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo para o Visconde de Anadia. Vila Rica, 22/8/1806. Cx. 181. Doc. 43.

NOMEAÇÃO de Dom Antônio de Noronha para governador e capitão-general da Capitania de Minas Gerais. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 13/12/1774. Cx. 107. Doc. 69.

CARTA de Dom Antônio de Noronha a Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 7/9/1776. Cx.110. Doc. 25.

CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Ministro Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 13 de janeiro de 1776. Cx. 109. Doc. 9.

CARTA de Dom Antônio de Noronha ao Ministro Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 15 de agosto de 1778. Cx. 113. Doc. 13.